


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000401-91.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Adicional de Periculosidade**
 Requerente: **Paulino Marques Neto**
 Requerido: **Município de Ibaté**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

PAULINO MARQUES NETO move ação condenatória em face do MUNICÍPIO DE IBATÉ alegando, em essência, que foi admitido mediante concurso público para exercer o cargo público de Guarda Civil Municipal, sob regime estatutário. Sustenta que o requerido absteve-se de promover o pagamento de verbas trabalhistas, postulando o recálculo das horas extras, a utilização do adicional de periculosidade na composição salarial e de adicional noturno por habitualidade e divisor 200. Pleiteia a aplicação do disposto nas Súmulas 60, 85 (itens I e IV) e 172 do TST, postulando a condenação do réu ao pagamento dos valores depositados a menor.

O MM. Juiz de Direito deste Foro Distrital aceitou a competência, diante do decidido liminarmente na ADI 3.395-6 (fls. 20).

Citado, o réu apresentou contestação, contrapondo os argumentos lançados na inicial, pugnando pela improcedência e requerendo a condenação do autor por litigância de má-fé. (fls. 25/35).

Houve réplica (fls. 169/176).

Instadas as partes a fls. 177, o requerido requereu a produção de prova oral (fls. 180) e o autor postulou o julgamento antecipado (fls. 184/185).

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

O feito comporta apreciação imediata, uma vez que o requerente declarou expressamente não desejar a produção de outras provas.

Trata-se de litígio concernente à relação de trabalho estabelecida entre o réu e o autor, ocupante de cargo público, aplicando-se o regime jurídico estatutário à relação obrigacional.

Em consequência, no que toca às regras adjetivas, verifica-se que a relação deve ser regida pelo Código de Processo Civil e não pela CLT, conforme pretende o requerente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DISTRITAL DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Caberia a ele comprovar o fato constitutivo de seu alegado direito. Entretanto, limitou-se a anexar aos autos instrumento de procuração, declaração de hipossuficiência, cópia da CNH e da CTPS e um recibo de pagamento de salário (fls. 13/19), requerendo, na sequência, o julgamento no estado (fls. 184/185).

Apesar de o ônus probatório não lhe competir, diligenciou o réu em exibir documentos concernentes à relação jurídica estabelecida entre as partes (fls. 37/165).

De qualquer forma, os elementos constantes dos autos são insuficientes para a verificação da adequação e propriedade dos fatos relatados na inicial.

Inviabiliza-se, em decorrência da fragilidade probatória, o acolhimento da pretensão inicial, não dispondo o Juízo dos elementos necessários para a formação do convencimento quanto às alegações iniciais.

De fato, o autor não se desincumbiu do ônus que lhe impõe o artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil.

De outra parte, ausentes os requisitos enumerados no artigo 17 do Código de Processo Civil, não há falar-se em litigância de má-fé.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Arcará o autor com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado, observando-se, quanto à exigibilidade das verbas sucumbenciais, o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 11 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**